



# Pobreza Infantil

REALIDADES, DESAFIOS, PROPOSTAS

Organização de Manuel Jacinto Sarmento / Fátima Veiga



**A pobreza das crianças:  
realidades, desafios, propostas**

A POBREZA DAS CRIANÇAS:  
REALIDADES, DESAFIOS, PROPOSTAS

Organização: Manuel Jacinto Sarmento e Fátima Veiga

Capa: Gonçalo Gomes

Director de Colecção: Manuel Carlos Silva

© Edições Húmus, Lda., 2010  
Apartado 7097  
4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão – V. N. Famalicão  
Telef. 252 301 382 Fax: 252 317 555  
humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão  
1.ª edição: Dezembro de 2010  
Depósito legal: 320447/10  
ISBN: 978-989-8139-62-7

Colecção: Debater o Social – 6

# **A pobreza das crianças: realidades, desafios, propostas**

Manuel Jacinto Sarmento e Fátima Veiga  
(Organizadores)





“Toda a criança  
Seja de que raça for  
Seja negra, branca, vermelha, amarela,  
Seja rapariga ou rapaz.  
Fale que língua falar,  
Acredite no que acreditar,  
Pense o que pensar,  
Tenha nascido seja onde for,  
Ela tem direito ...”

Excerto do poema “Os direitos das crianças”  
de Matilde Rosa Araújo



## Nota de Apresentação

O livro “A Pobreza das Crianças: realidades, desafios, propostas” apresenta um tema de grande actualidade. Dizemo-lo sem júbilo nem qualquer sentido de auto-comprazimento pela convergência com o sentido da agenda social. Na verdade, a actualidade da pobreza das crianças deve-se, sobretudo, ao facto de que, neste final do ano de 2010, ela atinge níveis, expressões e sinais de agravamento e agudização, sem precedentes desde há décadas. Apesar das estatísticas estarem necessariamente desfasadas em cerca de dois anos, são hoje indelévelmente alguns indicadores concretos desse agravamento: a pobreza infantil está a aumentar em termos absolutos e em termos relativos; a pobreza infantil é superior à média de pobreza da população portuguesa (isto é, há, percentualmente, mais crianças pobres do que adultos pobres) e a infância é o grupo geracional mais afectado pela pobreza. A estes indicadores, acrescem aqueles que resultam dos relatos do quotidiano, os quais, sem a precisão da razão estatística (apesar desta, é certo, ser decorrente de critérios que condicionam e limitam os seus resultados, designadamente a definição de pobreza – indicador económico de menos de 60% do rendimento médio per capita de uma determinada população –, e a unidade estatística de análise não ser a mais apropriada – habitualmente a família e não a criança), nem por isso deixam de ser profundamente ilustrativos de tantas centenas de milhares de crianças na actualidade: aumentam os pedidos de ajuda alimentar junto das organizações não-governamentais; cresce o número de requerimentos do escalão máximo da acção social escolar; os programas de apoio familiar e o rendimento social de inserção têm um crescimento significativo no número de requerentes, apesar das regras de acesso serem mais restritivas; todos os dias as instituições particulares de solidariedade social denunciam novos “focos” ou “bolsas” de pobreza...

Actualidade, portanto. Actualidade que cresce pelo facto de 2010 ser o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza. É hoje claro que este foi efectivamente um ano de aumento e agravamento da pobreza, que as políticas públicas redistributivas e as transferências sociais não lograram, antes pelo contrário, suster os efeitos do agravamento das desigualdades sociais, da desestruturação do

tecido económico, da desindustrialização e do desemprego, da quebra das condições de bem-estar na organização social, da ruptura no funcionamento do Estado Social. Apesar das inúmeras iniciativas – de debate, de análise, de mobilização da opinião pública, de conjugação de boas vontades – o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza conclui-se com a convicção forte do seu insucesso, da impotência das formas tradicionais de combate à pobreza, da indispensabilidade de medidas de fundo, estruturais, que combatam o que provoca a pobreza e que não se desviem exclusivamente para os seus efeitos, manifestações e sinais exteriores. Insucesso este, particularmente penoso no âmbito da pobreza infantil.

Este livro acrescenta ao debate público realizado e em curso o diagnóstico e a proposta política e de intervenção centrada na pobreza das crianças. Pobreza das crianças, assim declinada, distintivamente à expressão mais usual de “pobreza infantil”, porque o conjunto dos seus textos, sem deixar de ter em linha de conta os efeitos geracionais de exclusão e de pobreza das gerações jovens, procura analisar esses efeitos nas condições de vida das crianças concretas, dos pobres mais novos, com rosto, corpo, expressão e voz. É de seres humanos reais, com biografia e aspirações, actores sociais, sujeitos activos, que neste livro se fala, mesmo quando, por vezes, a abstracção discursiva remete para categorias e dimensões de análise um pouco mais afastadas dos quotidianos das crianças.

A ligação entre pobreza e crianças evoca ideias há muito tratadas na literatura, no cinema, nos estudos de ciências sociais, que provocam a sensação de que percorremos um caminho já franqueado e conhecido. Porém, há, igualmente, um sentimento de estranheza e perplexidade no declinar da expressão “pobreza das crianças”, que decorre do facto de, na sociedade da abundância e do consumo, de afirmação enfática dos direitos da criança, quase um século depois de Fernando Pessoa ter escrito que “o melhor do mundo são as crianças”, ser ainda possível ver deslizar ante os nossos olhos o filme das crianças com fome, dormindo em casas com condições deploráveis, mendigando uns ténis para ir à escola, sendo esta tantas vezes desatenta aos modos como ela aprende ou (não) estuda, à desarticulação dos laços de vinculação no espaço familiar, ao afastamento das condições de pertença, de satisfação e bem-estar social.

Pobreza das crianças em foco, portanto.

Mas não apenas como matéria de análise.

Este livro nasceu do trabalho de um grupo de intervenção sobre a pobreza infantil, constituído, por iniciativa da Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, por professores universitários e investigadores, técnicos de organismos públi-

cos, dirigentes e quadros de organizações não-governamentais, associações e instituições particulares de solidariedade social, que se vêm reunindo, desde 2008, para formular uma proposta de intervenção integrada e eficaz contra a pobreza infantil.

O primeiro resultado desse trabalho conjunto é o Relatório sobre Pobreza Infantil que preenche a primeira parte do livro. Nesse Relatório, discute-se o conceito de pobreza infantil, apresentam-se os principais indicadores e discute-se a sua amplitude e significado, apresentam-se as medidas de política pública de combate à pobreza infantil, questionam-se essas medidas através do recurso a uma perspectiva comparativa com países europeus, mobilizando-se a informação pertinente emanada de organizações internacionais como a União Europeia e a UNICEF e, finalmente, enuncia-se um conjunto de conclusões orientadas para a definição de uma estratégia de intervenção. Entre essas conclusões, ressalta a proposta, aqui uma vez mais reafirmada, de constituição de um Observatório da Infância, com o objectivo de conhecer a situação social da infância, de monitorar a aplicação das políticas públicas e de contribuir com recomendações e propostas para a integração das políticas de infância.

Na sequência dos debates preparatórios do Relatório, o Grupo de Trabalho realizou em Braga, no dia 20 de Novembro de 2009, uma sessão pública, em colaboração com o então Instituto de Estudos da Criança (actualmente, Instituto de Educação) da Universidade do Minho, comemorativo do 20º Aniversário de aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas da Convenção sobre os Direitos da Criança. Esse colóquio constituiu uma oportunidade de reflexão colectiva e de debate sobre as questões teóricas e práticas do combate à exclusão e à pobreza infantil e de promoção activa dos direitos da criança. As comunicações então apresentadas, enriquecidas com os debates realizados, deram origem aos diferentes capítulos do presente livro.

Assim, na segunda parte, reportada à leitura da pobreza infantil à luz dos vinte anos da Convenção sobre os Direitos da Criança, são apresentados onze capítulos que versam aspectos relativos à definição conceptual da pobreza infantil, às controvérsias sobre a definição de indicadores, ao relato e análise de trajectos de vida de crianças em situação de exclusão e à definição de linhas estratégicas no quadro da definição de políticas públicas promotoras dos direitos da criança.

Nos capítulos que se centram sobre a definição conceptual da pobreza infantil, Jardim Moreira convoca a sua experiência como líder da REAPN para situar o combate ao trabalho infantil no quadro dos desafios políticos, sociais

e morais da sociedade portuguesa contemporânea. Manuela Silva, autora dos primeiros estudos feitos em Portugal sobre pobreza infantil, evoca as conclusões fundamentais desses estudos para assinalar o lugar da problemática actual, assinalando, de forma marcante, que a pobreza infantil, em toda a complexidade dos seus factores e indicadores, deve ser lida não como um fenómeno naturalizado da sociedade contemporânea mas como uma violação flagrante dos direitos humanos, desafiando no seu combate as políticas públicas mas também os cidadãos individuais.

A análise dos indicadores de pobreza infantil, as controvérsias da sua definição, as metodologias de recolha de informação e de avaliação de dados constitui o domínio dos três capítulos seguintes. No primeiro deles, Amélia Bastos, autora do estudo actual de maior fôlego sobre pobreza infantil em Portugal, detém-se nos indicadores estatísticos mais usuais, para criticar o facto de que, nesses indicadores, a criança não é tida em conta como unidade estatística, o que enviesa a informação, além do facto de que a especificidade da condição geracional da infância exige a análise de indicadores de pobreza que não são exclusivamente deduzidas do rendimento, nomeadamente relativas à educação, às condições habitacionais e à saúde. A produção de indicadores multifactoriais constitui um dos desafios enunciados pela autora. Fernando Diogo reforça a ideia da multifactorialidade da pobreza infantil com a consideração da diversidade de experiências e situações indutoras, condutoras e reprodutoras da pobreza das crianças. A análise dos perfis de pobreza das crianças exige um reforço analítico atento à diversidade e capaz de combinar o olhar sobre as situações macroestruturais com a abordagem da experiência e da subjectividade das crianças-pobres. Finalizando este domínio de análise, o capítulo de Mafalda Leal enquadra a produção de indicadores de pobreza e a avaliação aos programas de combate nas políticas da União Europeia, convocando uma perspectiva cosmopolita, transcultural e transnacional para o diagnóstico e a intervenção.

Os três capítulos seguintes debruçam-se, prioritariamente, sobre os trajectos individuais, socialmente enraizados das crianças em situação de pobreza e exclusão social. Maria João Leote de Carvalho convoca a investigação que realiza sobre as crianças nos bairros sociais da periferia de Lisboa para enunciar as experiências, as relações, as interações e as práticas sociais das crianças e jovens, assinalando os factores estruturais, as estratégias e os comportamentos que confrontam, actualizam e reproduzem o risco e o desvio. Por seu turno, Lirene Finkler mobiliza uma realidade muito distante geograficamente, mas não tão distante assim do ponto de vista da natureza das situações vividas e experimentadas: a das crianças em situação de

rua em Porto Alegre, no sul do Brasil. A sua análise situa as trajetórias de vida, mas assinala igualmente os eixos de intervenção que coordena naquela cidade, salientando os caminhos da intervenção integrada, da focalização nas famílias e da promoção da resiliência. Sofia Marques da Silva vai fundo na análise das subjectividades infanto-juvenis, socialmente enraizadas, ao colocar em perspectiva as representações sociais, a memória, as expectativas e as aspirações de jovens da periferia do Porto.

Um último conjunto de capítulos reúne-se em torno das políticas sociais. Lourdes Gaitán Muñoz convoca alguns pontos nucleares da construção das políticas sociais na democracia espanhola, assinalando aí os dilemas, os ganhos, mas também os retrocessos, das políticas sociais que têm como foco os direitos das crianças. Cristina Vieira reporta e mapeia as políticas sociais em Portugal, a partir sobretudo das iniciativas enquadradas nas designadas “novas políticas sociais”, assinalando aí o lugar da infância. Finalmente, Manuel Jacinto Sarmento sintetiza as linhas mais impressivas do diagnóstico da pobreza infantil e de uma estratégia de intervenção capaz de produzir efeitos estruturantes, mas, ao mesmo tempo, atenta a cada criança concreta, aos seus desejos, necessidades e competências participativas.

No seu conjunto, os capítulos que constituem este livro apresentam uma panorâmica abrangente de um fenómeno complexo. Nem sempre o diagnóstico ou as propostas de intervenção são convergentes. Mas a existência de controvérsia é inerente ao processo social de intervenção. E é, em definitivo, de um conhecimento implicado na transformação das condições que produzem a exclusão e a pobreza das crianças e de suporte a uma intervenção sustentada na investigação e no saber em ordem à realização dos direitos da criança que este livro trata. Neste pobre ano europeu de luta contra a pobreza...

*Manuel Jacinto Sarmento*  
*Fátima Veiga*